



Plano de Ensino de Disciplina

VERSÃO CURRICULAR: 2012/1

NOME DA DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO II

CÓDIGO: DIC 037

DEPARTAMENTO: DIC

TIPO: x OBRIGATÓRIA ___ OPTATIVA ___ OUTROS

C.H.TOTAL:60 HORAS/AULA

CRÉDITOS:04

PERÍODO: 2º período

EMENTA – Teoria Geral do Objeto da Relação Jurídica. Classificação dos Bens. Teoria Geral do Fato Jurídico. Teoria Geral do Negócios Jurídicos. A vontade e a declaração negociais. Invalidez e Extinção dos Negócios Jurídicos. Forma e Prova dos Negócios Jurídicos. Atos Ilícitos. O Tempo e a Estabilização das Situações Jurídicas.

UNIDADES DE ENSINO

Unidade 1. TEORIA GERAL DO OBJETO DA RELAÇÃO JURÍDICA. Objeto da relação jurídica. Objeto e conteúdo. Coisa e bem. Patrimônio. Conceito. Patrimônio das pessoas naturais e jurídicas. Autonomia patrimonial e separação de patrimônios. Patrimônio de afetação.

Unidade 2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS. Bens considerados em si mesmos. Bens móveis e imóveis. Bens simples e compostos. Bens singulares e coletivos. Universalidade de fato e de direito. Bens reciprocamente considerados. Bens principais e acessórios. Frutos, produtos e pertencas. Acessões e benfeitorias. Bens fora do comércio. Bens públicos. 2.1. Sub-rogação real. 2.2. Bem de família. Histórico. Conceito. Lei 8.009/90. 2.3. Direitos registráveis e não registráveis. Registro dos bens imóveis e registro dos bens móveis.

Unidade 3. TEORIA GERAL DO FATO JURÍDICO. Noção. Classificação. Ato, fato e negócio jurídico. Atos não negociais. Classificação dos atos jurídicos lícitos.

Unidade 4. TEORIA GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO. Definição e função. 4.1. Planos dos negócios jurídicos. Existência, validade e eficácia. Análise e utilidade. 4.2. Pressupostos: partes, capacidade, legitimidade e objeto. 4.3. Classificação e sua importância. Unilaterais e plurilaterais. *Inter vivos* e *mortis causa*. Consensuais e formais. Pessoais e patrimoniais. Obrigacionais e reais. Familiares e sucessórios. Sinalagmáticos. Gratuitos e onerosos. Comutativos, aleatórios e parciários. Mera administração e disposição. Causais e abstratos. 4.4. Formação dos negócios jurídicos. Declaração negocial. Declaração expressa, tácita e silêncio. Tipos de processos de contratação: proposta-aceitação, contratação sobre documentos, leilão, automática (por intermédio de máquinas), venda por catálogo, auto-serviço, eletrônica. 4.5. Negócios unilaterais. Tipicidade. Promessa de recompensa. 4.6. Interpretação e integração dos negócios jurídicos. Boa fé na interpretação dos negócios jurídicos.

Unidade 5. A VONTADE E A DECLARAÇÃO NEGOCIAIS. A vontade e o esclarecimento como pressupostos da validade negocial. 5.1. Ausência da vontade negocial. Coação absoluta. Falta de



consciência da declaração. Declarações não sérias. Falta de vontade em cláusulas contratuais gerais. 5.2. Defeitos dos negócios jurídicos. Vícios da vontade, vícios sociais, divergências entre a vontade e a declaração. Teoria da vontade real, teoria da declaração, teoria da responsabilidade, teoria da confiança. Reserva mental. Erro. Dolo. Coação. Estado de perigo. Lesão. Fraude contra credores. O problema da ineficácia. Simulação.

Unidade 6. INVALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS. Inexistência, invalidade e ineficácia. 6.1. Nulidade e anulabilidade. Regime jurídico e efeitos. 6.2. Princípio da conservação dos negócios jurídicos. Ratificação e conversão. Proteção dos terceiros de boa fé.

Unidade 7. EXTINÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS. Revogação, resolução, denúncia e direitos sujeitos a prazo. 7.1. Elementos acidentais dos negócios jurídicos. Condição resolutiva e condição suspensiva. Termo. Encargo.

Unidade 8. FORMA E PROVA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS. Forma da declaração de vontade. Forma livre e solene. Forma *ad substantiam* e *ad probationem*. Prova em direito civil e em direito processual civil. Escritura pública. Conceito, competência, requisitos.

Unidade 9. ATOS ILÍCITOS. Conceito. Ilícitude e responsabilidade. 9.1. Ilícitos formais e materiais. Abuso de direito. Deveres decorrentes da boa fé e comportamento abusivo.

Unidade 10. O TEMPO E A ESTABILIZAÇÃO DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS. Fundamentos e sentido. 10.1. Distinção entre prescrição e decadência. Regimes jurídicos. 10.2. Início da contagem. Prazos prescricionais e prazos decadenciais. 10.3. Direitos e pretensões não sujeitos a prazo. *Actio nata*. 10.4. Situações análogas. *Supressio* e *surrectio*.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. V. 1, 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Comentários ao Código Civil*. V. 3, t. I e II, 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

VASCONCELOS, Pedro Pais de. *Teoria Geral do Direito Civil*. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Manuel Augusto Domingues de. *Teoria geral da relação-jurídica*. Coimbra: Almedina, 1992.

MELLO, Marcos Bernardes. *Teoria do fato jurídico: plano da existência*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MELLO, Marcos Bernardes. *Teoria do fato jurídico: plano da validade*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MENEZES CORDEIRO, António. *Tratado de Direito Civil*. V. 3, 3. ed. Coimbra: Almedina, 2013.